



ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS COM RACIONALIDADE EM TRANSIÇÃO QUE VIVENCIARAM O PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL DA CRESOL BASER*

STRATEGIES OF MODERN FAMILY FARMERS WITH RATIONALITY IN TRANSITION WHO EXPERIENCED THE CRESOL BASER'S RURAL EXTENSION PROGRAM

Dirceu Basso**

Nardel Luiz Soares da Silva***

Ari de David****

RESUMO

A pesquisa tem o propósito de compreender as estratégias produtivas e de organização do trabalho adotadas pelos agricultores familiares modernos com racionalidade do tipo "em transição", que vivenciaram o Programa de Extensão Rural da Cresol Baser no período de dois anos (2015-2017). A racionalidade em transição encontra-se presente na ampla maioria dos agricultores. Portanto, tal fato justifica o empreendimento de ampliar os conhecimentos dessas famílias de agricultores. Para a Cresol Baser, em particular, a importância do estudo justifica-se no sentido de melhor oferecer produtos financeiros e serviços em favor da melhoria da qualidade de vida das famílias e do desenvolvimento rural. O universo social desse estudo foi composto por 56 estabelecimentos de agricultores familiares, das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. A perspectiva de abordagem do estudo está baseada nos agricultores, num olhar sobre suas condutas e práticas sociais. Para isso valorizou-se os conceitos weberianos de ação social e racionalidade social e o método de tipos ideais. Além de leituras bibliográficas e documentais, valorizou-se o banco de dados construídos pelos profissionais de extensão durante o período de acompanhamento às famílias. Por fim, foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas, pelo pesquisador, a partir de uma amostra de agricultores constituída por sorteio. Como parte dos resultados observou-se que entre essas famílias existe uma expressiva diversidade de maneiras de estruturar o sistema produtivo e de organizar o trabalho no meio rural. Observou-se uma tendência declinante dos cultivos de cereais, ao mesmo tempo vem ganhando espaço as estratégias de cultivos de hortifruticultura, além da atividade leiteira, ainda, fortemente presente nessas famílias. A profissionalização, a organização social (cooperativismo), o trabalho não-agrícola e o acesso aos mercados, dentre outros aspectos, se apresentam como desafios e condição para a permanência das famílias no meio rural. O artigo está organizado em quatro partes, incluindo a introdução. O segundo visa apresentar um quadro teórico para fins de análise sobre os atores sociais, a diversidade de racionalidades e o desenvolvimento rural. Em seguida é apresentado os dados da pesquisa dos agricultores situados na experiência da Cresol Baser com o Programa de Extensão Rural. Por fim, as considerações finais.

Palavras-chave: Agricultores Familiares; Racionalidade em transição; Cresol; Extensão Rural; Desenvolvimento Rural.

* A pesquisa situa-se no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, Convênio nº 012/2017, celebrado entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Fundecamp, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário e a Central Cresol Baser e do Projeto de Pesquisa Agricultores Familiares e os Mercados: a diversidade de estratégias produtivas, protocolado na Unioeste e na Unila.

** Doutor em Desenvolvimento Rural - UFRGS. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br

*** Doutor em Agronomia. Professor do Centro de Ciências Agrárias nos Cursos de Graduação em Agronomia e Zooternica e no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campos Marechal Candido Rondon. E-mail: nardel.silva@unioeste.br

**** Especialista em Cooperativismo e Desenvolvimento Rural pela Unioeste. Sócio-Gerente da Empresa David Consultoria Empresarial Ltda. E-mail: davidconsultoria@hotmail.com



ABSTRACT

The research aims to understand the productive and work organization strategies adopted by the modern family farmers with a "transition" type of rationality, who experienced the Cresol Baser Rural Extension Program in the period of two years (2015-2017). The rationality in Transition is present in the majority of farmers. Therefore, this fact justifies the undertaking of expanding the knowledge of these farmer's families. For Cresol Baser, in particular, the importance of the study is justified in order to better offer financial products and services in favor of improving the quality of families life and rural development. The social universe of this study was composed of 56 establishments of family farmers, from the Southwest and Midwest regions of Paraná. The perspective approach of the study is based on the farmers, on looking at their behaviors and social practices. In this way, the Weberian concepts of social action, social rationality and the ideal type's method were valued. In addition to bibliographical and documentary readings, the database constructed by extension professionals during the period of follow-up of the families was valued. Finally, ten semi-structured interviews were carried out by the researcher, based on a sample of farmers constituted by lottery. As part of the results, it was observed that among these families there is an expressive diversity of ways of structuring the productive system and of organizing work in rural areas. There was a declining tendency of cereal crops, while at the same time the strategies of horticultural crops were gaining ground, in addition to the milk activity that is strongly present in these families. Professionalization, social organization (cooperativism), non-agricultural work and access to markets, among other aspects, present themselves as challenges and conditions for the permanence of families in rural areas. The article is organized in four parts, including the introduction. The second part aims to present a theoretical framework for purposes of analysis on social actors, diversity of rationalities and rural development. Next, we present the survey data from farmers based on the experience of Cresol Baser with the Rural Extension Program. Finally, the final considerations.

Keywords: Family Farmers; Rationality in transition; Cresol; Rural extension; Rural Development.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta da demanda firmada em Convênio de Cooperação Técnica firmada entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário e a Central Cresol Baser.

O quadro social da Cresol Baser é constituído, majoritariamente e como público preferencial, por agricultores familiares com diversas maneiras de fazer a agricultura (racionalidades) e viver no meio rural. De acordo com estudo realizado por Basso (2013), os agricultores familiares modernos podem ser analisados a partir de três racionalidades: convencional, em transição e não-convencional. A racionalidade em transição encontra-se presente na ampla maioria dos agricultores familiares modernos e, ao mesmo tempo, se materializa por meio de uma grande diversidade de estratégias produtivas e formas de organização do trabalho. Situação que não ocorre com os agricultores que adotam a racionalidade convencional e/ou a não-convencional.

Diante dessa realidade mais complexa vivenciada pelos agricultores com racionalidade em transição é que se coloca o objetivo desse estudo: compreender as tendências das estratégias produtivas e do trabalho desses agricultores.

Justifica o empreendimento a necessidade de ampliar os conhecimentos dos projetos desses agricultores objetivando, por parte de Cresol Baser e demais



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

parceiros, o atendimento a esses sócios tanto com produtos e serviços financeiros quanto com programas e ações de desenvolvimento rural.

O reconhecimento alcançado pela agricultura familiar nas últimas décadas e sua contribuição fundamental para o desenvolvimento rural já está amplamente demonstrada em diversos estudos. Reconhecimento esse que vem sendo consolidado por meio das políticas públicas, com destaque para aquelas políticas relacionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e aos Programas de aquisição de alimentos para o mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE).

Diante disso, a perspectiva deste estudo está baseada nos agricultores familiares com racionalidade em transição, no olhar sobre as suas práticas sociais. Os agricultores são capazes de criarem valores e de atribuírem significados às suas condutas, ou seja, dar sentido às suas ações. Esses valores orientadores de condutas expressam-se em racionalidades. Para esse empreendimento são utilizados, portanto, os conceitos weberianos de ação social e racionalidade social, bem como a perspectiva metodológica dos tipos ideais.

O universo social desse estudo foi composto por 56 estabelecimentos de agricultores familiares das 125 famílias acompanhadas pelo Programa de Extensão Rural Cresol¹, da Cresol Baser, da Região Sudoeste e Centro do Paraná. Essas famílias receberam no período de 2 anos (2015-2017) o serviço de extensão rural do Programa, com visitas sistemáticas de um profissional pertencente a equipe técnica. Entre as ferramentas utilizadas pelos técnicos e os agricultores, para auxiliar nas tomadas de decisões, destaca-se a construção de uma planilha de gestão com os dados das propriedades. Essas planilhas, em programa de Excel, serviram como base de dados para a presente pesquisa.

Com base na tipologia de racionalidades estudada por Basso (2013) foram identificadas, do conjunto dos 125 produtores, 56 famílias com condutas orientadas pela racionalidade em transição². Também foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, pelo pesquisador, a partir de uma amostra de agricultores sorteados. As mesmas foram realizadas com o objetivo de ampliar a compreensão das condutas produtivas dessas famílias. Ainda, o pesquisador participou na dinâmica das ações do Programa de Extensão Rural da Cresol, em atividades de capacitação da equipe de técnico, de construção e de avaliação das ações realizadas. Tal imersão participante contribuiu para qualificar a análise da racionalidade desses agricultores.

¹ O Programa de Extensão Rural Cresol iniciou em agosto de 2015 com o acompanhamento mensal a 125 empreendimentos familiares, disponibilizando assessoria técnica e suporte metodológico, objetivando construir referências produtivas e conhecimentos.

² Entre as 125 famílias, outras 38 encontram-se orientadas pela racionalidade convencional e 31 pela racionalidade não-convencional.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

As análises dos dados possibilitaram observar, entre os agricultores participantes desse estudo, diversas tendências quanto as estratégias produtivas e formas de organizar o trabalho. Destacamos, a tendência declinante no cultivo de cereais por parte desses agricultores. Ao mesmo tempo vem ganhando espaço as estratégias de cultivos de hortifruticultura. A atividade leiteira se encontra fortemente presente nessas famílias, mas a atividade vem passando por uma forte transformação tecnológica, profissionalização e concentração da produção. A profissionalização, a organização social (cooperativismo) e o acesso aos mercados, dentre outros aspectos, se apresentam como desafios e condição para a permanência das famílias no meio rural.

O artigo está organizado em quatro partes, incluindo a introdução. A segunda parte contempla uma revisão teórica objetivando trazer elementos que nos permitam compreender as estratégias dos agricultores. Em seguida são apresentados os dados obtidos junto aos agricultores com racionalidade em transição envolvidos nesse estudo. Por fim, as considerações finais com propósito de verificar as implicações/desafios/perspectivas colocadas à Cresol Baser com vistas ao atendimento desses cooperados.

2. ATORES SOCIAIS, DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Na (re)construção dos projetos para garantirem sua existência social, parte expressiva dos agricultores familiares resistem a desenvolver práticas sociais conforme as prescrições dominantes da sociedade centrada no mercado (racionalidade convencional). Prescrições essas que tendem, ainda, em sustentar-se numa astúcia de induzir os atores sociais a internalizar em seus projetos a perspectiva da revolução verde da agricultora como sendo o único caminho possível para viver no espaço rural.

Esses agricultores ao vivenciar um processo de “contramovimentos” (POLANYI, 2000), materializadas nas práticas emergentes das relações sociais entre eles e com outros atores bem como na relação com a natureza, objetivam restaurar projetos produtivos e modos de vida no meio rural de maneira diferente. Contribuem para a construção de uma economia substantiva (POLANYI, 2000 e RAMOS, 1989), na medida em que buscam satisfazer suas necessidades, manter sua identidade socioprofissional (BASSO, 2013) e permanecer no meio rural. De acordo com Ramos (1989, p.XVI), essas condutas de restaurar (e de inovar) o que a sociedade centrada no mercado deformou, ou o que, em parte, destruí, como os elementos permanentes da vida humana, pode ser compreendida como uma “revolução silenciosa”. Para além da perspectiva da produção de commodities, apresentada pelos atores dominantes como sendo o caminho único aos agricultores familiares, estudos recentes estão dando visibilidade a estas maneiras diversas de fazer agricultura e viver no meio rural.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

A percepção dessas diversas condutas emergentes pelos atores sociais tem importância para o desenvolvimento rural, pois constitui uma referência crítica à sociedade moderna e a sua ideologia. Perspectiva essa que visa comandar um processo orientado por uma racionalidade convencional (instrumental a lógica capitalista) subordinando os atores a metas que nada (ou pouco) têm haver com a emancipação social e a sustentabilidade social (no sentido de permanecer no meio rural no futuro).

Por meio de práticas distintas das preconizadas pela racionalidade convencional (BASSO, 2013), parte dos agricultores demonstram capacidades (SEN, 2000) para implementar seus projetos, possibilitando a presença de outras significações em suas condutas. Assim, nos dias atuais, diversas categorias sócias, entre elas situam-se parte dos agricultores familiares, recusam-se a implementar projetos produtivos e viver no meio rural sob a lógica estrita da perspectiva da modernização (racionalidade convencional). Desse modo, contribuem para evidenciar a presença de diversas racionalidades (SANTOS, 1999), ou seja, diversas maneiras de produzir e viver o meio rural.

Evidenciando, portanto, que é preciso (re)construir a noção de desenvolvimento rural. O tema do desenvolvimento (incluindo o rural) retornou a ocupar espaço nas agendas tanto de pesquisadores e movimentos sociais quanto dos formuladores de políticas, seja no âmbito do Estado ou dos atores organizados da sociedade civil. Pois o desenvolvimento, em sua forma mais ambiciosa e orientada unicamente pela perspectiva da modernização (racionalidade convencional), perdeu sua força de libertação e de criação (TOURAINÉ, 1994), de emancipação social (SANTOS, 1999) e de sustentabilidade social. Diante disso, é necessário superar a perspectiva que reduziu o projeto de modernidade a racionalização instrumental e funcional a dinâmica capitalista (ASCOBAR, 1998).

No espaço rural, em particular com os agricultores familiares, é importante observar a diversidade de maneiras de fazer a agricultura e de promover o uso do espaço rural. Distintas formas de produção, organização do trabalho, consumo, ação coletiva, comunicação e de conhecimentos penetram na sociedade e todas necessitam ser percebidas enquanto contemporâneas. A questão que merece atenção das instituições, públicas e privadas, é a de compreender como cada ator (coletivo ou individual) desenvolve sua sociabilidade nos mercados e se sente responsável perante si mesmo e diante a sociedade. Os agricultores familiares, ao se orientarem a partir de condutas e práticas sociais com diversas racionalidades (resultantes de significados atribuídos por eles) se apresentam como atores modernos construindo a realidade social e, ainda, buscam serem reconhecidos pelas suas identidades socioprofissionais (BASSO, 2013).

Atores que com sua conduta podem alterar o meio ambiente material e, sobretudo, o social no qual estão situados, transformando a divisão do trabalho, as formas de tomada de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994). A diversidade da agricultura familiar emergente (BASSO, 2013;



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

BASSO e GEHLEN, 2015) evidencia os diferentes modos básicos de organizar e viver a vida no meio rural. A heterogeneidade de conhecimentos utilizados pelos agricultores está em conexão específica com as diferentes condutas e práticas sociais. Assim, os agricultores familiares, ao viver sua historicidade e sua dinâmica de movimento social, tornam possível a emergência de diferentes significados da conduta social e diferentes tipos de relações sociais. Na gestão da historicidade os atores demarcam formas e normas de reprodução dos comportamentos e do consumo, participando da produção de modelos culturais (TOURAINÉ, 1996). Por conseguinte, os agricultores manifestam afirmar-se mais como produtores do que como consumidores da situação social. Reclamam pela liberdade e pelo direito de serem diversos para dar forma social às orientações culturais que valorizam em seus projetos.

Assim sendo, novos atores e novos conflitos sociais emergem e demandam um olhar (tarefa de compreender) dos demais atores sociais (públicos e privados) sobre suas experiências, seus projetos familiares. Ao colocar-se na perspectiva da construção social interessa, portanto, compreender as práticas sociais pelos quais os atores e as redes sociais comprometem-se e reproduzem, sejam repertórios culturais existentes, improvisados/experimentados e/ou por conta aprendidos nas circunstâncias que se inserem (LONG, 2007). Tal empreendimento parte da assertiva de que não é suficiente basear a análise em conceitos de determinação externa, pois as determinações externas são mediadas e transformadas pelos atores e pelas suas estruturas sociais. As diversas condutas (racionalidades) dos agricultores familiares, dotadas de significados, emergem como resultado de interações, negociações e lutas sociais que têm lugar entre os diversos atores e as redes sociais.

Os agricultores familiares modernos não se limitam, portanto, a desenvolver a racionalidade instrumental, de identificar a modernidade como um modo particular de modernização (o modo capitalista); vivenciam, também, outras racionalidades não-convencionais em seus projetos de produzir e viver no meio rural. Condutas outras que podem “[...], por um lado, romper com a perspectiva de mercadorização da vida, de uma coisificação do ser e, por outro, de perceber a natureza não somente como mera condição de produção” (BASSO, 2013, p. 185). Diante disso, coloca-se a necessidade de alargar a compreensão da racionalidade para além de sua matriz eurocêntrica, com sua perspectiva universalista (LEFF, 2002).

As reflexões assinalam para a necessidade de compreender as múltiplas matrizes de racionalidades enquanto um potencial criativo da humanidade (dos atores sociais). De acordo com Santos (1999), o desafio nos dias atuais está em (re)construir um arquipélago de racionalidades locais, quer existentes, quer potenciais, pois quanto mais global for o problema, mais locais e mais múltiplas devem ser as soluções para o desenvolvimento rural.

Tal empresa, nos remete a necessidade de compreender “[...] o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

peças desfrutam” (SEN, 2000:17). As liberdades, de acordo com este estudo para os agricultores familiares em transição, estão condicionadas a determinantes, como as disposições sociais e econômicas, por exemplo: acesso a profissionalização, as tecnologias, aos mercados e os vínculos de sociabilidade, as políticas públicas, entre outros. Desse modo, as perspectivas expostas nesse estudo, possibilita investigar o processo de desenvolvimento rural integrando determinantes socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais.

As possibilidades para a existência de várias racionalidades produtivas estão abertas devido ao desenvolvimento científico e tecnológico, destaca Romeiro (1998). Contudo, o sucesso do empreendimento encontra-se fortemente dependente da ação do Estado na implementação de políticas públicas de apoio e, em ainda, da emergência de novos atores (individuais e coletivos) dos mercados. Entre os novos atores, de acordo com Portilho (2009), situam-se aqueles que constroem uma nova cultura de ação política visando a reapropriação da economia a partir de valores próprios.

Diversos estudos evidenciam que os agricultores familiares praticam em seus projetos produtivos estratégias diversas. Para Almeida (1994: 212-213), a (busca de) autonomia se encontra “[...] no coração das principais manifestações em favor de uma agricultura alternativa ou diferente”. A autonomia, para esses agricultores, é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações contra uma determinada forma de trabalho, a preponderância da racionalidade moderna, destruição dos equilíbrios naturais fundamentais, uma corrida acelerada e esgotante em direção as mudanças, entre outros aspectos. Entre as diversas estratégias dos agricultores situam-se aquelas que visam: ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas; transgredir a ruptura entre o agrícola e não-agrícola; sistemas diversificados objetivando renda ao longo do ano; recuperar tecnologias e procedimentos mais tradicionais; práticas sociais que respeitem o meio ambiente; a auto-organização com vista a solidariedade (cooperativas, associações).

Ao analisar as mudanças estruturais que ocorrem na agropecuária brasileira, as quais estão em interface com o desenvolvimento científico e tecnológico, Gehlen (2001) evidencia duas tendências simultâneas, distintas, e por vezes conflitantes no que se refere às pesquisas e às tecnologias. Uma visa, de forma crescente, circunscrever a produção agropecuária como segmento especializado, intensivamente tecnificada e altamente dependente (conhecida como produção moderna convencional). A outra tendência busca à redefinição de um modelo tecnológico, cuja “[...] competitividade garanta as condições de reprodutibilidade sustentável sociocultural, econômica e ambiental, no tempo e no espaço, cuja autonomia se assenta na interação, através de redes organizativas dos sistemas produtivos e dos produtores e através de políticas de desenvolvimento” (GEHLEN, 2001, p. 74).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Com o propósito de compreender as distintas trajetórias do desenvolvimento rural, Nierdele (2007), em sua pesquisa, destaca que a discussão sobre a diversidade da agricultura em regiões amplamente integradas à lógica dos mercados globais de *commodities* vem sendo um tema cada vez mais atual. Na análise constatou que as transformações da agricultura e do meio rural, em região profundamente marcada pela lógica da modernização da agricultura, estão associadas a intenso processo de mercantilização e externalização das unidades produtivas. Tais processos em seu curso revelam mudanças, qualitativas e quantitativas, fundamentais sobre a tríade terra, trabalho e família, e em relação às sociabilidades e representações sociais dos agricultores. As transformações não afirmaram uma única via histórica de desenvolvimento das unidades familiares de produção, mas sim diferentes trajetórias que se expressam em distintos estilos de agricultura e múltiplas estratégias produtivas.

Ao estudar a diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar num contexto de estresse ambiental (estiagem), crise econômica (baixa renda das ocupações) e crise social (diminuição da população), Perondi (2007) constatou que a renda foi maior nas famílias com mais diversidade, possibilitando um meio de vida mais sustentável. Observou que as famílias que agregam valor e/ou são pluriativas possuem renda maior e um meio de vida mais sustentável do que aquelas famílias que atuam apenas com *commodities* agrícolas e/ou são beneficiadas pela assistência social.

Ao analisar as racionalidades dos agricultores familiares modernos, Basso e Gehlen (2015) destacam que os agricultores (re)constróem diferentes racionalidades para orientar suas condutas produtivas. Elas estão fundadas nos significados atribuídos à sustentabilidade social, econômica e ambiental. De acordo o estudo, a diversidade entre os agricultores familiares na contemporaneidade é resultante da sua capacidade de adaptação no universo social e, por sua vez, contribui de forma relevante na construção do conceito de agricultura e dos próprios agricultores familiares.

Estudos realizados por Abramovay (2007) destacaram diversos modelos de análise da racionalidade da produção familiar. Entre eles, destaca o modelo apresentado por Theodore Schultz (1965) no qual analisa as práticas do agricultor como equivalente a uma empresa moderna no que diz respeito a racionalidade econômica. Nesse modelo, a perfeição está enraizada na eficiência e na maximização do lucro. Contestando a perspectiva de Schultz, Michael Lipton (1968) destaca que os agricultores adotam condutas que visam a maximização de seu bem-estar. Para isso definem os meios para o seu alcance e consideram o contexto em que se inserem para alcançar o objetivo. Argumenta Lipton de que existe diferenças de riscos entre a lógica da empresa e do agricultor familiar. Diante disso, os agricultores agem a partir da conduta de aversão ao risco, assumindo um comportamento maximizador de oportunidades de sobrevivência, considerando o



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

ambiente ecológico, institucional, as imperfeições dos mercados e social hostil a essa sobrevivência.

Diante das reflexões expostas, na seção 03, apresenta-se as estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares modernos com racionalidade em transição que participaram do Programa de Extensão da Cresol Baser.

3. AGRICULTORES FAMILIARES COM RACIONALIDADE EM TRANSIÇÃO: COMBINANDO DIFERENTES CONDUTAS DE COMO FAZER AGRICULTURA E VIVER NO MEIO RURAL

Inicialmente faz-se necessário esclarecer que não é propósito deste estudo abarcar todas as estratégias produtivas implementadas pelos agricultores familiares com racionalidade em transição. Pois, diferentemente dos agricultores com racionalidade convencional e não convencional, esses agricultores fazem uso de um portfólio bastante amplo de iniciativas produtivas para inserir-se nos mercados. A análise dos dados deste estudo situa-se nas experiências dos agricultores acompanhados pelo Programa de Extensão Rural da Cresol Baser.

Ao analisar os dados desses agricultores observa-se que, para permanecer no meio rural e desenvolver atividades ligadas a agricultura, as famílias reorientam os cultivos produtivos e valorizam a pluriatividade objetivando ampliar renda. Uma parte dessas famílias desejam alcançar uma estratégia de diversificação, com três ou mais produtos comerciais; outra, organiza o projeto produtivo com inserção simultânea em diferentes canais de comercialização, ou seja, no mercado de proximidade e no mercado a distância; ao mesmo tempo, outras famílias complementam a renda com venda da força de trabalho para atividades não agrícolas e/ou serviços agrícolas para terceiros, entre outras estratégias.

As condutas adotadas pelas famílias consideram, em grande medida, o amplo processo de reorganização das cadeias produtivas de *commodities*, ocorrido nas últimas décadas. De acordo com os dados da amostra Gráfico 01, 62,5% (35) das famílias encontram-se com a atividade leiteira, a hortifruticultura está presente em 55% (31), a produção em pequena agroindústria (formal e informal) em 34% dos produtores e a produção de grãos é encontrada em 25% (14) das famílias.

Observa-se, portanto, que a produção de cereais para 75% desses agricultores vem perdendo importância na renda monetária. Tal fato é justificado pela necessidade de buscar cultivos produtivos de maior renda por unidade de área e maior valorização do trabalho no decorrer do ano. As atividades de produção de leite, hortifruticultura e de agregação de valor, em pequenas unidades de processamento da matéria prima, tem maior importância que a de grãos respectivamente.

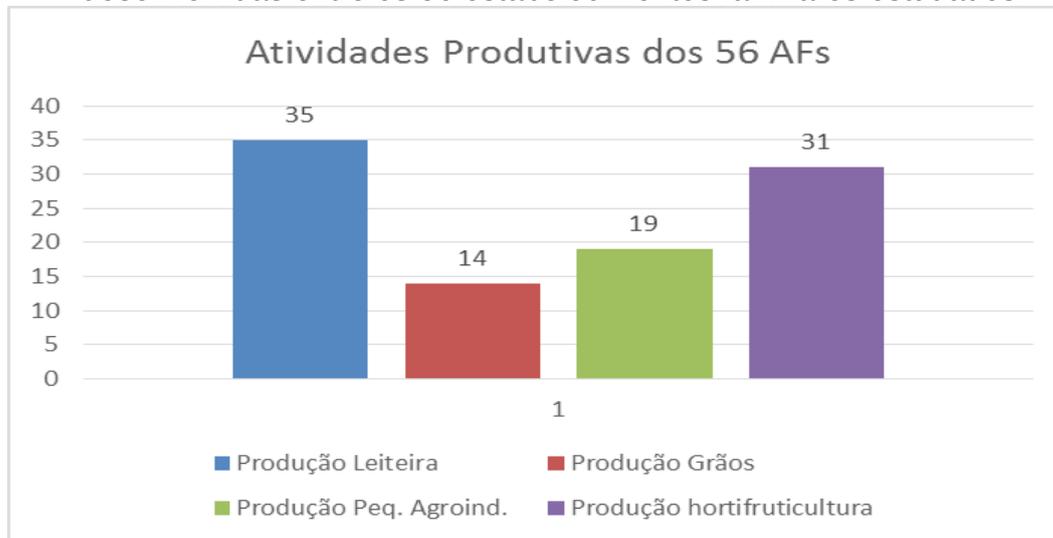
Para essa situação contribuem os fatores como o bloqueio fundiário, a necessidade de comprar serviços de máquinas e equipamentos e a redução da



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

renda dos cultivos de cereais (*squeeze* agrícola). Ao analisar o tamanho das áreas de terra das famílias estudadas observa-se que 59% das famílias possuem menos de 10 ha e outros 30% entre 10 a 20 ha.

Gráfico 01 – Quantidade de famílias e as atividades produtivas comerciais desenvolvidas entre os 56 estabelecimentos familiares estudados.



Fonte: Programa Extensão Rural – Cresol Baser, 2017

Em relação aos serviços de máquinas e equipamentos agrícolas para realizar os cultivos observou-se que 71% (40) das famílias compram de terceiros e 29% (16) vendem alguns serviços. Os dados indicam que mais de dois terços desses agricultores compram serviços necessários para realizar os cultivos de cereais, com prioridade para os serviços de plantio direto, de colheita e transporte de cereais.

As atividades produtivas de bovinocultura de leite, hortifruticultura e agregação de valor em pequena escala contribuem, de forma expressiva e em diversos arranjos, para o processo de (re)estruturação dos sistemas produtivos desses agricultores. Como exemplo, em visita a uma das propriedades (Ent. 01, Família em Salgado filho) observou-se que ao mesmo tempo no qual o cultivo de uvas estava sendo praticamente eliminado, após vários anos de cultivo e dificuldades, outra atividade estava sendo incorporada (aves de postura, em pequena escala e no sistema de integração com empresa regional). Essa com finalidade tanto para ampliar a renda monetária quanto para utilizar adubo orgânico (reduzir custos) na produção de forrageiras para produção de leite (atividade principal). Esse arranjo produtivo da família teve como fator importante o retorno do filho a propriedade, argumentaram os pais, depois dele trabalhar mais de dois anos fora da agricultura.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Os dados obtidos nos permitem observar o processo de construção dos arranjos produtivos sendo constantemente realizado pelas famílias; ou seja, a importância dada às diversas atividades no conjunto do sistema de produção. Ao analisar as famílias que possuem a atividade leiteira verificou-se que para 77% (27) delas o leite se apresenta como primeira atividade produtiva e segunda para outras 17% (6). As atividades de agregação de valor, entre os agricultores que as realizam, situam-se como primeira atividade para 42% (8) e segunda atividade para outros 42%. Já, a hortifruticultura ocupa a posição de primeira atividade para 55% (17) dos que a praticam e segunda para outros 29% (9).

Contudo, no que se refere a atividade leiteira, com mais ênfase, é importante destacar que parte dos agricultores não se adaptam (não desejam) um padrão altamente tecnificado e inserido na produção de commodities (BASSO, 2013). Entretanto, se num primeiro momento a produção de leite se apresenta como uma alternativa de renda frente a dos cereais, no curso da dinâmica da cadeia produtiva, hegemonicamente orientada pela lógica da modernização convencional (escala, produtividade, capital intensivo e concentração da produção), visualiza-se um processo de saída de parte desses produtores da atividade leiteira. Diante disso, é importante observar o ritmo e os impactos diversos sobre o projeto familiar quando ocorre a desistência da produção de leite (fenômeno conhecido pela lógica de concentração da produção em poucos produtores com elevação da escala produtiva). Pois, nos dias atuais, ela é ainda responsável por parte expressiva da renda da família. Como destacado acima, a atividade leiteira é a fonte de renda que ocupa a posição de primeira ou segunda atividade do estabelecimento familiar, da maior parte das famílias envolvidas nessa pesquisa.

No que se refere ao crédito, nas linhas de custeio e investimentos, verifica-se que a linha de investimento foi utilizada por 77% (43) desses agricultores e a de custeio por apenas 48% (27). Apenas 16% (9) das famílias não utilizaram crédito do Pronaf. Essa realidade, ou seja, maior demanda de crédito investimento, pode ser compreendida pela situação de (re)estruturação da atividade produtiva vivida pelas famílias nos últimos anos. Por outro lado, o fato de cerca da metade das famílias não utilizarem crédito de custeio evidencia a relação dessa linha de crédito com a cultura de cereais. Conforme os dados observados, o cultivo de cereais para fins de renda direta situa-se como quarta atividade de importância entre os agricultores desse estudo.

Os dados dos canais de mercado utilizados pelas famílias contribuem, ainda mais, para observar os arranjos produtivos, Gráfico 02. Importante considerar que as famílias utilizam um ou mais canais de comercialização para vender os produtos. Do conjunto de agricultores estudados (56), 60% (34) utilizam o canal de proximidade (feiras livres, venda direta e em lojas, no âmbito local/regional). O canal institucional (comércio de compras realizadas por instituições públicas) é utilizado por 53% (30). Já, o canal de *commodities* (comércio a distância ou virtual, integrando a



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

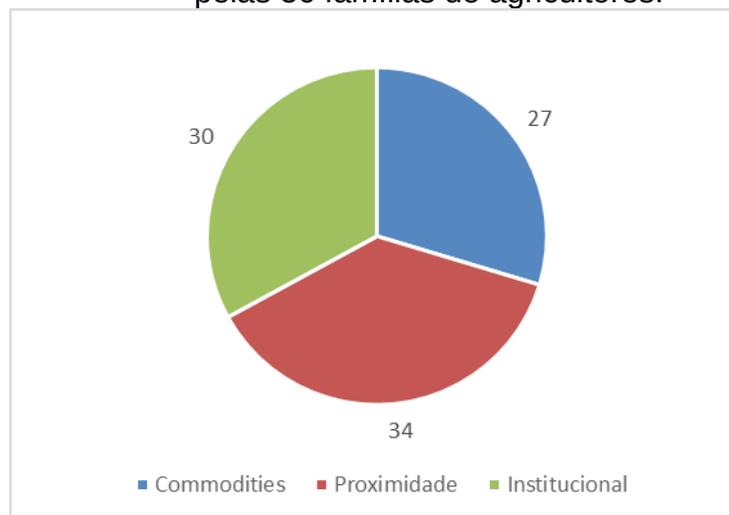
intermediação comercial do atravessador, da cooperativa ou da empresa privada) é utilizado por 48% (27).

Portanto, parte deles estabelecem vínculos tanto no canal de comercialização de commodities, quanto nos canais institucional e/ou proximidade. A valorização maior de um ou de outro canal de comercialização para acessar o mercado está ligada às estratégias da unidade produtiva adotada pela família observando o contexto no qual está inserida. Contudo, chama a atenção para o fato de que um pouco menos da metade desses agricultores fazem uso do comércio a distância ou virtual (*commodities*).

Com base nos dados desse estudo, evidencia-se uma tendência de diminuição na produção de cultivos destinados ao canal de comercialização a distância, por consequência, observa-se que mais da metade fazem uso dos canais institucionais e/ou de proximidade. Esses últimos agricultores passaram a dar importância aos cultivos de hortifruticultura e as atividades ligadas a agregação de valor das matérias primas, diante as dificuldades crescentes das famílias em obter renda, particularmente, com os cultivos de cereais.

Diante disso, pode-se constatar que os ajustes produtivos realizados por esses agricultores objetivam a sustentabilidade social e, para isso, passam a valorizar os diferentes canais de comercialização. Desse modo contribuem na oferta de alimentos para a sociedade com qualidade diferente daquela produzida sob a perspectiva da racionalidade convencional (ou produtos de *commodities*).

Gráfico 02- Os diferentes canais de comercialização utilizados pelas 56 famílias de agricultores.



Fonte: Programa Extensão Rural – Cresol Baser, 2017



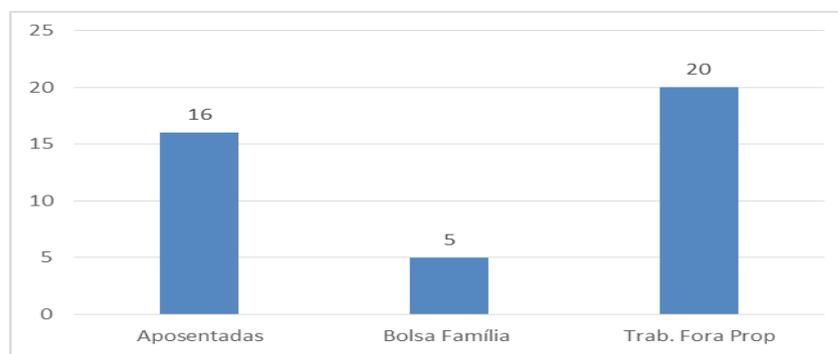
Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Faz-se necessário compreender de que essa maneira de fazer agricultura e viver no meio rural implica aos agricultores e as suas organizações o desenvolvimento de capacidades (SEN, 2000) para transformar e/ou (re)valorizar processos e produtos e para acessar os distintos canais de mercados.

Ademais, ambos os canais de comercialização operam sob regras/normas que podem ser apenas tácitas, que são mais evidente nas vendas de proximidade, ou formais (BASSO, 2013). Essas últimas normas orientam, predominantemente, os processos de vendas nos canais institucionais e de *commodities*. A venda por meio do mecanismo institucional impõe aos agricultores a necessidade de conhecimentos outros (aprendizados coletivos), como os relacionados a licitação pública, planejamento de produção – diversidade, qualidade e apresentação -, logística de distribuição, organização social, atendimento as normas sanitárias, entre outros. Por sua vez, aqueles que vende os produtos nos mercados de *commodities* relacionam-se com um mecanismo de comercialização, cujo padrão de referência, com caráter de universalização, representam os interesses setoriais de alguns setores dominantes ou resultam de um consenso mais amplamente negociados no interior da cadeia produtiva (WILKINSON, 2008). As estratégias produtivas e os canais de comercialização da maioria desses agricultores valorizam o enraizamento local (GRANOVETTER, 1985).

A pluriatividade enquanto uma prática social decorrente da busca de formas alternativas de trabalho não-agrícola para garantir a sustentabilidade e a reprodução social é valorizada por parte das famílias desses agricultores. Com base nos dados analisados neste estudo, das 56 famílias 36% (20) possuem renda com trabalho fora da unidade familiar (Gráfico 03). A média de renda anual obtida pelas famílias com trabalho fora da unidade familiar foi de R\$ 12.604,00.

Gráfico 03 – Número de famílias com rendas não agrícolas, aposentadoria, programa social e trabalho fora da unidade familiar, entre os 56 estabelecimentos estudados.



Fonte: Programa Extensão Rural – Cresol Baser, 2017

A aposentadoria complementa a renda para 29% (16) e a bolsa família está presente em 9% (5) das famílias estudadas. A renda média total (de base agrícola,



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

não-agrícola e de programas sociais) das 56 famílias, no ano, foi de R\$ 48.989,00. Tomando como referência para análise os valores médios das famílias com trabalho fora da unidade familiar, verifica-se que 25% da renda total tem origem externa.

BOX 01 – Resumo de quatro entrevistas realizadas com famílias de agricultores com racionalidade em transição

Ent. 01 – Família de Salgado Filho (C. P.)

Fazem 23 anos que deixaram Curitiba para se instalarem em Salgado Filho, numa propriedade que conta com 22,9 ha, dividida em duas áreas. De acordo com a esposa, na segunda área tem uma casa construída “[...] quando ele [filho] casar poderá ir morar na outra terra”. Comentou isso devido ao retorno do filho a propriedade (pais felizes e gratos), depois de trabalhar dois anos em atividade urbana. O sistema de produção tem a atividade leiteira em primeiro lugar (mais de dois terços da renda total) e, nesse momento, está reduzindo em 50% o cultivo de uvas e incorporando a produção de ovos (aviário de pequeno porte, 5 mil aves e em início de postura, por meio da integração com empresa). Dois aspectos tiveram importância nos ajustes das atividades: a primeira foi o retorno do filho (mais mão-de-obra e ampliar renda) e a segunda para reduzir custos na produção de forragens para os animais leiteiros (em direção a produção de leite a base de pasto com baixo custo). Ao comentar sobre seus colegas vizinhos prevê que quem morra perto das fazendas de gado tendem a vender. Outras famílias aguardam pelo que vai ocorrer: é leite e leite; o resto já foi testado (ao comentar de outras iniciativas, a exemplo das uvas). Os vizinhos estão aguardando os sinais do que pode vir; a baixa no preço do leite pode levar a desistência da atividade e fragilizar a renda das famílias.

Ent. 02 – Família de Capanema

A jovem família entrevistada em Capanema está há quatro anos na propriedade, em uma área de 6 há. Desenvolvem uma atividade agrícola (produção de leite) e outra não-agrícola (marido trabalho como agente de saúde). Argumentam que não desejam sair do local para ir trabalhar na cidade. A esposa mencionou que o preço do leite, nesse momento da visita, está desanimador, mas mesmo assim vem realizando melhorias tecnológicas. Ao comentar sobre seus vizinhos disse: “[...] eles estão parados (não fazem ajustes no sistema produtivo) e muitos estão abandonando o meio rural.” A esperança da família para ver suas condições de vida melhorada está em poder ampliar área de terra (por meio de herança) e realizar também a criação de gado de corte.

Ent. 03 – Família de Pinhal de São Bento (P. G. R.)

Depois de deixar a roça para ir trabalhar em Curitiba, a família da Ent. 03 retornou e a 10 anos está numa propriedade de 11 ha, cultivando fumo e produzindo leite. Entre as suas práticas agrícolas faz uso de um sistema de irrigação para ambas as atividades, utiliza tração animal para determinadas atividades na propriedade e faz uso da contratação de serviços para complementar demanda de trabalho. Sua renda é complementada por uma pensão de dois salários mínimos. Contudo, nos primeiros anos do seu retorno a atividade de horticultura com venda local (proximidade) fez parte de sua trajetória. Ao argumentar que estar na ‘roça’ é melhor do que viver na cidade, “[...] pois tenho um ambiente social de comunidade muito boa e adoro jogar bola. [...] ainda vou comprar um carro zero”. Seguiu dizendo, “[...] planto fumo porque não tenho 10 alqueires de terra para plantar soja e, se der problema com o leite volto a plantar verduras”. Ao comentar sobre seus agricultores vizinhos, “[...] muitos foram para a atividade do leite, poucos na soja. Se elas saírem da produção de leite as famílias irão se complicar (impactos negativos na renda). Muitas das famílias, mesmo com pouco área de terra, possuem renda que provem de arrendamento para outros que cultivam soja, a estratégia da propriedade articular o arrendamento, na safra da soja, com a produção de leite”.

Ent. 04 - Família de Pérola do Oeste (J.)

Com propriedade próximo a cidade (cerca de 1 KM), de 3,6 ha, a família reside a 57 anos no local. Devido a pouco área de terra, deixou a atividade leiteira como terceira opção de renda (venda de queijo colonial) e incorporou o cultivo de verduras a quatro anos (com uso de sombrite e irrigação e venda direta) e o trabalho não-agrícola (cuidador de uma torre para Rádio AM). Quando vier a aposentadoria (nos próximos três anos) “vamos reorganizar nosso trabalho”, argumentou o marido. Seus filhos residem com os pais, mas trabalham fora da unidade familiar de forma independente. Ao comentar sobre como percebe seus vizinhos, disse ele: “[...] os produtores estão com leite e lavouras, com áreas pequenas. Se a atividade leite entrar em dificuldades vamos ter dias ruins. Algumas famílias compram verduras minhas. Se piorar tem que aguentar a pulga”.

A renda não-agrícola obtida pelas famílias ajuda a compreender com mais pormenores como é organizado o trabalho familiar. Assim, objetivando uma renda complementar, maior estabilidade financeira e qualidade de vida o trabalho fora da unidade familiar é exercida tanto por homens quanto por mulheres. Novas



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

necessidades financeiras vem sendo criadas no âmbito da unidade familiar e da unidade de produção demandando dos agricultores uma ampliação da relação com o mercado.

Diante o exposto, verifica-se que as estratégias produtivas implementada pelas famílias na (re)estruturação das atividades produtivas se insere numa perspectiva de mercantilização, aprofundada em diversas direções/caminhos e não se resumindo ao processo de modernização da agricultura.

Para aqueles agricultores que orientam suas condutas em direção a diversificação dois aspectos merecem atenção. De um lado, é preciso prestar atenção na qualidade da diversificação, que é dada, por exemplo, pela incorporação da atividade de agregação de valor e pela busca de práticas sociais que ofereça maior autonomia; de outro, é preciso averiguar a capacidade (SEN, 2000) de diversificação das famílias.

As iniciativas de ajustes dos projetos produtivos dos agricultores visam garantir a sua permanência no meio rural. Nesse sentido, valorizam os diferentes conhecimentos e participam da construção de modelos culturais que permitem atuarem mais como produtores do que consumidores da situação social. Ou seja, ainda que considerando suas diferenças, esses agricultores fazem uso (reclamam) de suas liberdades para (re)construir seus projetos produtivos orientados pelos valores culturais de que valorizam. Assim sendo, se apresentam como novos atores, com seus interesses e valores próprios, portanto, novos conflitos têm lugar entre os diversos atores da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente destacamos ser demasiado ambicioso desejar compreender a ampla gama de estratégias produtivas dos agricultores familiares com racionalidade em transição. As possibilidades de condutas produtivas assumidas pelas famílias são muitas e estão fortemente correlacionadas com fatores locais e/ou globais e, ainda, por ambos. Entre esses caminhos pode estar o de permanecer com atividades agrícolas, podendo assumir racionalidades diversas (convencional, não-convencional (agroecológica) e/ou continuar em transição); ou, mesclar atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade); optar pela verticalização da produção (agregação de valor), com ênfase nas cadeias curtas; por fim, no limite, deixar o meio rural. Portanto, o cenário produtivo e projeto de vida para esses agricultores encontra-se aberto e diverso. Seus projetos de produção e de organização do trabalho estão dependendo de como deseja integrar-se nos mercados. Suas ideias de visão de mundo, os significados (valores) que desejam assumir para orientar suas condutas e os condicionantes do ambiente socioeconômico, organizativo e político (incluindo as políticas públicas) serão por eles refletidos/analizados para orientar suas estratégias produtivas. Assim, situam-se em um momento muito



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

diferente dos agricultores com racionalidade convencional e/ou agroecológica que já possuem projetos produtivos definidos e inseridos na dinâmica socioeconômica vigente.

Quais podem ser as implicações/desafios/perspectivas que esse cenário do qual vivem os agricultores em transição se apresenta para a Cresol Baser? São muitas quando tomadas a luz da missão institucional, da inclusão nos mercados por meio do crédito e do conhecimento.

Tendo o cuidado que a questão exige, passamos a destacar apenas alguns aspectos. Assumindo como uma hipótese (ver novos estudos), nesse momento, esses agricultores representam cerca da metade ou mais do quadro social da Cresol Baser. Evidências claras são percebidas, como exemplo, nos dados sobre as operações de Pronaf no âmbito da Cresol Baser (Basso, 2017), no qual se observou a tendência de redução do número de operações com elevação dos valores tomados. Portanto, são dezenas de milhares de famílias associadas vivenciando tal situação produtiva, com práticas de resistência para permanecer na atividade agrícola e no meio rural.

A gestão de riscos das operações de crédito vem recebendo forte atenção especial por todos os agentes financeiros, objetivando reduzir a inadimplência dos empréstimos e manter a “saúde” da organização. Diante disso, e considerando as incertezas do ambiente sobre as quais estão alicerçados parte expressiva dos projetos produtivos desses agricultores, como atender tais demandas de crédito, em particular na linha de investimento? Entre os desafios destacamos a urgente profissionalização das atividades, incluindo a gestão do empreendimento; o fortalecimento e a consolidação do cooperativismo, com capacidades de gestão profissional, para inserção nos mercados; a capacitação das famílias para acessar os mercados de proximidades e institucionais (na lógica das cadeias curtas) poucos desenvolvidos; ampliar a interface dos produtores com os consumidores (produção e consumo consciente); e, por fim, manter e ampliar o acesso de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural inclusivo.

Tomamos outro aspecto, os desafios colocados para a Extensão Rural (ER) da Cresol Baser, em particular, no que se refere ao perfil de formação dos profissionais que atuam junto aos agricultores. A diversidade de projetos produtivos entre os associados demanda da ER, também, equipes técnicas com capacidades diversas, em particular para as demandas dos agricultores desse estudo. Situação que implica em organizar equipe de extensão rural com perfil diverso para atender as distintas racionalidades dos projetos produtivos das famílias, num cenário de poucos quadros e, em sua maioria, com formação profissional voltada a agricultura convencional.

Outra implicação/desafio, como exemplo final, está nas demandas de serviços e produtos financeiros de parte desses agricultores. Se tomarmos aquelas famílias com pluriatividade (rendas não agrícolas) vemos que elas tendem a demandar, cada vez mais, serviços e produtos iguais ou próximos a um morador/trabalhador urbano



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

e, ainda, situam-se nos riscos e oportunidades de rendas semelhantes as urbanas. Estudos indicam que cada vez mais a renda agrícola das famílias tende a diminuir e a aumentar a renda de outras fontes (pluriatividade, políticas sociais, aposentadorias, etc).

Por fim, alertamos no que se refere a importância de compreender a maneira de fazer a agricultura e viver no meio rural desses agricultores com racionalidade em transição. Tal situação demanda dos agricultores e das suas organizações o desenvolvimento de capacidades para transformar e/ou (re)valorizar processos e produtos objetivando a inserção nos mercados e o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, J. A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. In: **Cadernos de Sociologia** / Programa Pós-Graduação em Sociologia. V.6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994. p. 212-229

_____. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. – Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

BASSO, D. **Racionalidades Modernas e Identidades Sócioprofissionais de Agricultores Familiares**. Tese de Doutorado. Porto Alegre. PGDR/UFRGS. 2013, 240p.

BASSO, D; GEHLEN, I. **Agricultores familiares e diversos**. Revista Orbis Latina. Volume 5, nº 2, jan a dez/2015. Edição Especial. p. 22-38

GEHLEN, I. Pesquisa e competitividade na agropecuária brasileira. In: **Sociologias** – UFRGS, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul-dez, 2001, p.70-93.

GRANOVETTER, M. **Economic action ans social structure**: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, v.91, n.3, Nov.1985. p. 481-510

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPTON, M. **The theory of optimising peasant**. The Journal of Developmento Studies, 1968.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: uma perspectiva centrada en el actor. - México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colégio de San Luis, 2007.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

- MELLOR, J. W. **The use and productivity of farm labor in early stages of agricultural development.** Journal of Farm Economics, 45 (3), 1963.
- NAKAGIMA, C. N. Subsistence and commercial family farms: Some theoretical models of subjective equilibrium. In: WHARTON Jr, C.R. (org). **Subsistence agriculture and economic development.** Chicago, Aldine Publishing Co, 1969.
- NIEDERLE, P. A. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar.** Revista Extensão Rural, DEAER/PPGEXR – CCR – UFSM, Ano XVI, nº 18, Jul – Dez de 2009
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** 2ª ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. Política e Sociedade, volume 8 – Nº 15, out.2009.
- RAMOS, G. **A nova ciência das organizações.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SANTOS, B. S.. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 6.ed.- São Paulo: Cortez, 1999.
- SCHNEIDER, S.. Introdução. In: **A diversidade da agricultura familiar** (Org). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.7-12
- SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Peasants and dualism with or without surplus labor.** The Journal of Political Economy, LXXIV (5), 1966.
- TOURNAINE, A. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. **Crítica à modernidade.** Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- WEBER, M. **Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva.** Fondo de Cultura Económica. 2. Reimpresión, Madri: FCE, 2002.
- WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Recebido em 30/11/2018
Aprovado em 17/01/2019